DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 8753/2016

PROCESSO TC/MS	: TC/5327/2015
PROTOCOLO	: 1585264
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE
ORDENADOR DE DESPESAS	: GERSON GARCIA SERPA
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 07/2015
PROCED. LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015
CONTRATADA	: TAVARES & SOARES LTDA - EPP
OBJETO	: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO DO MUNICÍPIO.
VALOR INICIAL	: R$ 48.381,72
RELATORA	: CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO. 2ª FASE. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. REGULAR.

Cuida-se de Contratação Pública nº 07/2015, pela modalidade Pregão Presencial nº 02/2015, celebrada entre a ***Prefeitura Municipal de Nioaque*** e a empresa ***Tavares & Soares LTDA. – EPP.***, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios para atender a merenda escolar das redes municipais de ensino, com valor contratual no montante de R$ 48.381,72 (quarenta e oito mil trezentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos).

Aprecia-se, neste momento, a formalização do Contrato nº 07/2015 (2ª fase).

Em sede de Análise – ANA-6ICE - 24649/2015 (peça n° 09), a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo constatou que a documentação juntada aos autos encontra-se em conformidade como os Estatutos Legais que regem a matéria, em especial a Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93, assim, opinando pela legalidade e regularidade da 2ª fase.

Encaminhados os Autos ao Ministério Público de Contas, este emitiu o

Parecer PAR-MPC-GAB.4 DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO - 13693/2016 (peça n° 13), opinando pela legalidade e regularidade da formalização do Contrato, por estar em conformidade com a legislação pertinente.

Vieram os autos a esta Relatoria, para decisão.

É O RELATÓRIO.

Extrai-se dos autos que tanto o Corpo Técnico quanto o representante do *"parquet"* de Contas foram unânimes em reconhecer a regularidade da 2ª fase da contratação pública.

De fato, no tocante a formalização do Contrato nº 07/2015 (2ª fase), vislumbro que os documentos encaminhados a esta Corte de Contas demonstram que a contratação pública encontra-se em conformidade com a legislação de regência, em especial a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Mediante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de:

1) Declarar a ***regularidade*** da formalização do Contrato Administrativo nº 07/2015 **(2ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso II, da Resolução Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/12;

2) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 20 de setembro de 2016.

Conselheira Marisa Serrano
RELATORA

imc